

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

**PÓS-GRADUAÇÃO**

**SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

<b>DISCIPLINA:</b> SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>RESUMO</b>
O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> CONTEXTUALIZANDO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX
<b>AULA 2</b> QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL
<b>AULA 3</b> O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945 A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
<b>AULA 4</b> A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL SOBRE A DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL
<b>AULA 5</b> QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL

**AULA 6**

POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA  
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA  
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO  
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE  
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

**DISCIPLINA:**

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE

**RESUMO**

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios das organizações da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O CUIDADO COM OS MAIS FRÁGEIS E VULNERÁVEIS  
O CUIDADO POR RAZÕES RELIGIOSAS E HUMANITÁRIAS  
O CUIDADO POR RAZÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS  
O CUIDADO POR INTERESSES ECONÔMICOS  
COMO EXERCER O CUIDADO

**AULA 2**

O VAZIO ASSISTENCIAL  
SANITARISMO CAMPANHISTA  
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA  
O INAMPS  
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

**AULA 3**

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA  
ESFs RIBEIRINHAS E FLUVIAIS  
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS

A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

**AULA 4**

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA

NOB 96 – O SUS MUNICIPAL

NOAS: 2002

O PACTO PELA SAÚDE DE 2006

OS TRÊS PILARES DO PACTO

**AULA 5**

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)

REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA

CONTROLE DO HIV/AIDS

**AULA 6**

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ

A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

**BIBLIOGRAFIAS**

- LÍNGUA Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados).
- WAN-DALL JR, O. A. (Estado, cidade e direito de ser) exceção: sobre políticas antidemocracia e o estado de inclusão na cidade residual. Disponível em: [www.ppgau.ufba/urbicentros/2012/st243.pdf](http://www.ppgau.ufba/urbicentros/2012/st243.pdf).
- NASCIMENTO, A. A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas do Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.

**DISCIPLINA:**

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL

**RESUMO**

Esta disciplina procura apresentar o conceito de assessoria e consultoria e compreender a aplicação destes conceitos. Serão consideradas as especificidades que cabem a esses dois principais conceitos e abordadas, principalmente, suas convergências. As explicações compreenderão aspectos teóricos e exemplos práticos, de modo a orientar de forma mais precisa a apreensão do conteúdo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O QUE É ASSESSORIA?

PERFIL DO ASSESSOR

DEMANDAS PARA ASSESSORIA

APRIMORAMENTO E CONHECIMENTO DA REALIDADE

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

**AULA 2**

O QUE SÃO PROJETOS?

O QUE SÃO PROGRAMAS?

O QUE SÃO POLÍTICAS?

SIMILARIDADES E DISTINÇÕES ENTRE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS

ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

**AULA 3**

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AVALIANDO PROCESSOS, RESULTADOS E IMPACTOS

EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

**AULA 4**

O QUE SÃO INDICADORES?

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECE UM MARCO ZERO

EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

**AULA 5**

ELABORAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO

GESTÃO

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ASPECTOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA RELACIONADOS A INICIATIVAS DE

FOMENTO

**AULA 6**

ASSESSORIA E CONSULTORIA COMO CAMPOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIFERENCIAIS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL

INTENCIONALIDADE NA PRÁTICA DA ASSESSORIA POR ASSISTENTES SOCIAIS

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E APRIMORAMENTO INTELECTUAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FONSECA, T. M. da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 58-82.
- MATOS, M. C. de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 29-57.

<b>DISCIPLINA:</b> DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
<b>RESUMO</b>
Nesta disciplina veremos que os seres humanos sempre precisaram trabalhar para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. O trabalho assume diferentes formas no decorrer da história e influencia o campo educacional. O trabalho constitui o ser humano. É pelo trabalho que o homem (indivíduo) se humaniza, na produção das condições necessárias à sua sobrevivência. Ao longo do tempo, o trabalho se modificou, se transformou. Também se modificaram a educação e as práticas pedagógicas adotadas. A função da educação sempre foi a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O trabalho e a educação são práticas exclusivamente humanas. Pelo trabalho, o ser humano produz as condições necessárias à sua sobrevivência. Pela educação, os conhecimentos são transmitidos de geração a geração.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> EDUCAÇÃO FORMAL EDUCAÇÃO INFORMAL EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO
<b>AULA 2</b> A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL A CONCRETIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
<b>AULA 3</b> TEORIAS MARXISTAS, PÓS-MARXISTAS (ESCOLA DE FRANKFURT) E A CRÍTICA A ELAS ESCOLA DE CHICAGO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO
<b>AULA 4</b> A CONSTRUÇÃO DO PNEDH OBJETIVOS DO PNEDH A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO FORMAL A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
<b>AULA 5</b> EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE MOVIMENTO ESTUDANTIL MOVIMENTOS E CAMPANHAS PELA EDUCAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>AULA 6</b> INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

**BIBLIOGRAFIAS**

- CALIMAN, G. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. Revista de Ciências da Educação, UNISAL, Americana, SP, n. 23, p.341-368, 2010. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/73/142>.
- GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

**DISCIPLINA:**

SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE - SAÚDE

**RESUMO**

Nesta disciplina iremos abordar: História das políticas de saúde no Brasil a partir da década de 1930; principais características da atenção à saúde no país; as formas de organização do Estado frente às necessidades de saúde da população; a saúde no regime militar; abertura democrática e a emergência do movimento sanitário brasileiro; ofensiva do ajuste neoliberal na saúde; conjuntura de surgimento do Serviço Social e vinculação com a saúde em diferentes contextos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

ATENÇÃO À POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: 1930 A 1964  
SAÚDE NO REGIME MILITAR  
ANOS 1980 E O MOVIMENTO DE REFORMA SANITÁRIA  
ANOS 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI  
SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SAÚDE

**AULA 2**

SUS - DEFINIÇÕES  
CAMPOS DE ATUAÇÃO DO SUS  
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS  
SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO SUS

**AULA 3**

O ESTADO E A DIMENSÃO POLÍTICA NO CAMPO DA SAÚDE  
SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA  
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO NA PRODUÇÃO DA SAÚDE  
RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NOS SISTEMAS DE SAÚDE  
ESTADO, SOCIEDADE E O CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE

**AULA 4**

ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO TRABALHO NO SUS  
ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE  
ASSISTENTE SOCIAL - TRABALHADOR DA SAÚDE  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA SAÚDE  
SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

**AULA 5**

PRÁTICA NA SAÚDE E O ASSISTENTE SOCIAL  
SERVIÇO SOCIAL E A INTEGRALIDADE EM SAÚDE  
EIXOS DE INSERÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
NÚCLEOS DE OBJETIVAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL  
SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE

**AULA 6**

PLANEJAMENTO NA AÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA SAÚDE  
ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE  
PROCESSOS DO PLANEJAMENTO E A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO EM SAÚDE  
INDICADORES E RESULTADOS NA SAÚDE

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRAVO, M.I.S. Política de Saúde no Brasil. IN: MOTA, A. E. (ORG.), BRAVO, M.I.S. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. IN: MOTA, A. E. (org.) et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, dez. 2013.

**DISCIPLINA:**

ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

**RESUMO**

Tanto a ética quanto a moral são construções históricas e que foram, ao longo de nossa história, compreendidas de forma diferente, perpassando sobre elas questões religiosas, econômicas, tipos de Estado e tantos outros fatores que influenciaram e influenciam ainda a noção de ética e moral, assim como do que é ético e do que é moral na sociedade. Compreender como essas noções foram se moldando ao longo do tempo é fundamental para termos uma posição crítica acerca da questão ética nos dias de hoje. Jamais podemos afirmar que o que está no senso comum é algo que não tem valor ou que não é verdadeiro, pois ele surge da cultura e das relações sociais e nele estão contidos valiosos saberes populares que não podem ser desconsiderados. Porém, para pensar a ética e a ética profissional é necessário ultrapassar o senso comum, tendo uma atitude filosófica. Marilena Chauí (2000) afirma que ter atitude filosófica é ter uma atitude crítica sobre o mundo, é construir um saber teórico, crítico, desmistificador e criativo, diferentemente do senso comum. É não se contentar com o que está aparente e procurar a essência das coisas. Essa atitude é fundamental para que o profissional tenha discernimento durante a sua atuação, para escolher o caminho da ética vigente dentro da profissão e tomar as decisões pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político dos assistentes sociais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE UM  
NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE DOIS  
QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE UM  
QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE DOIS

FORMAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL E ÉTICA NAS PROFISSÕES

**AULA 2**

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

LIBERDADE E PRÁXIS: O ETHOS BURGUEÊS E O ETHOS REVOLUCIONÁRIO

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

**AULA 3**

PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

O QUE É UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?

DEONTOLOGIA E TELEOLOGIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

VALORES NUCLEARES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO LIBERAL

**AULA 4**

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

CONJUNTO CFESS/CRESS: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)

ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 1)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)

ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 2)

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DISPOSIÇÕES GERAIS

**AULA 5**

DIREITOS GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

DEVERES E VEDAÇÕES GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 1)

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 2)

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 3)

**AULA 6**

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: A QUESTÃO DO SIGILO PROFISSIONAL

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: PENALIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS

OUTRAS NORMATIVAS DO CONJUNTO CRESS/CFESS

A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

- NETTO, J. P. Crise, socialismo e democracia. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SIMÕES, C. A ética nas profissões. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO INTEGRAL PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO BRASIL

**RESUMO**

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO  
ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS  
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS  
POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

**AULA 2**

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA  
O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL  
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?  
A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**AULA 3**

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA  
A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA  
DESENVOLVIMENTO HUMANO  
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

**AULA 4**

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

**AULA 5**

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)  
CONSELHO TUTELAR: O QUE É  
CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA  
CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

**AULA 6**

PODER JUDICIÁRIO  
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DEFENSORIA PÚBLICA

**BIBLIOGRAFIAS**

- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICA DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

**RESUMO**

Nesta disciplina é de suma importância contextualizarmos historicamente a Política Nacional de Saúde. Os antecedentes sociais são fundamentais para designar os caminhos das políticas públicas, não sendo diferente com o sistema de saúde brasileiro. As necessidades de saúde da população, bem como os interesses políticos e econômicos, foram fundamentais para a organização das ações de saúde do país.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

A SAÚDE NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL  
A SAÚDE NO PERÍODO REPUBLICANO E NA NOVA REPÚBLICA  
MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)  
DESAFIOS ATUAIS

**AULA 2**

CONCEITO DE SAÚDE E DE DOENÇA  
PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: DO MÁGICO-RELIGIOSO À HISTÓRIA NATURAL DA DOENÇA  
ENTENDENDO A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE  
A SAÚDE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS

**AULA 3**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A POLÍTICA DE SAÚDE  
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: LEI ORGÂNICA DA SAÚDE (LEI N. 8.080/1990)  
ENTENDENDO A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE  
PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE: LEI FEDERAL N.  
8.142/1990  
DEMAIS LEGISLAÇÕES E NORMAS PERTINENTES AO SUS

**AULA 4**

TERRITÓRIO  
VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA AMBIENTAL  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR  
PLANEJAMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE

**AULA 5**

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
A CONSTRUÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE  
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL  
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
REDE DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL

**AULA 6**

CONCEITOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE  
HISTÓRIA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: CONFERÊNCIAS MUNDIAIS  
PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL  
TEMAS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE  
ROTEIRO DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADE DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

**BIBLIOGRAFIAS**

- AGUIAR, Z. N. (Org.). SUS-Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.
- ALBUQUERQUE, G. S. C. de; SILVA, M. J. de S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014.
- ROQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. da. Epidemiologia & Saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

**DISCIPLINA:**

FAMÍLIA, SAÚDE E SOCIEDADE

**RESUMO**

A família é a estrutura social mais antiga da sociedade. Ao longo do desenvolvimento da humanidade, as pessoas vêm demonstrando sua capacidade de transformação e adaptação às mais diversas demandas, organizando-se de diferentes modos. Por esse motivo, a família vem sendo estudada em suas composições e arranjos sociais e culturais, sendo alvo de historiadores, sociólogos, filósofos, religiosos, políticos e cientistas de variados campos de estudo. Atribuiu-se à família o difícil papel de regular a sociedade e,

de certo modo, controlar o comportamento humano. Veremos como a família é narrada segundo a interpretação histórica dos séculos anteriores e como se modifica e se adapta, de modo a permanecer no papel primordial de sua criação.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

A NARRATIVA HISTÓRICA DA FAMÍLIA  
A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA HIGIENISTA E DA IDEOLOGIA EUGENISTA SOBRE AS FAMÍLIA BRASILEIRAS NOS SÉCULOS XIX E XX  
O ETNOCENTRISMO NA ANÁLISE DAS FAMÍLIAS  
POBREZA, DELINQUÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
A INFLUÊNCIA DO SABER MÉDICO NO FUNCIONAMENTO DAS FAMÍLIAS

#### **AULA 2**

CONCEITUANDO FAMÍLIA  
DIVERSOS OLHARES SOBRE O TEMA FAMILIA  
EMPODERAMENTO FEMININO E REPERCUSSÕES NA FAMÍLIA  
RESSIGNIFICANDO O GÊNERO MASCULINO  
AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA

#### **AULA 3**

A FAMÍLIA COMO FOCO DA ATENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
O CONTEXTO URBANO DAS FAMÍLIAS POBRES  
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLTADA PARA A FAMÍLIA  
ESTRATÉGIAS PARA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES  
A CONTRIBUIÇÃO DA SAÚDE PARA DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES E FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS

#### **AULA 4**

FAMÍLIA COMO SISTEMA  
GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM FAMÍLIAS ATENDIDAS  
PRINCIPAIS ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR  
ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO CASAL  
CLASSIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO FAMILIAR

#### **AULA 5**

CICLO DE VIDA DAS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA E ALTA  
CICLO DE VIDA DAS FAMÍLIAS POBRES  
CUIDANDO DA CRIANÇA  
CUIDANDO DO ADOLESCENTE  
CUIDANDO DO IDOSO

#### **AULA 6**

FATORES DE RISCO E RESILIÊNCIA  
PROTEÇÃO E CUIDADO  
PRINCIPAIS SITUAÇÕES DE CRISE: SEPARAÇÃO DO CASAL, DESEMPREGO E MORTE

FAMÍLIAS VIVENDO COM A DEPENDÊNCIA QUÍMICA  
SOFRENDO EM SILÊNCIO: OFENSA SEXUAL DENTRO DA FAMÍLIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- LARA, S. A história social e História Cultural. Diálogos, UEM, Maringá, v. 1, p. 25-32, 1997. Disponível em: file:///Users/taniapires/Downloads/37415-Texto%20do%20artigo-166922-1-10-20170531.pdf.
- SAMARA, E. de M. O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. Psicol. USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=es&nrm=iso).
- VAIANO B. Eugenia não é coisa do passado. Rev Super Interessante, São Paulo, fev. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-longahistoria-da-eugenia/>.

**DISCIPLINA:**

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

**RESUMO**

Conhecimento; aprendizagem; andragogia; capital intelectual; desenvolvimento organizacional; desenvolvimento organizacional e de pessoas. Aprofundar os conceitos de treinamento e desenvolvimento e abordar a realização de diagnósticos de treinamento e desenvolvimento, a estruturação dos programas de treinamento e desenvolvimento e a logística para a organização desses programas. Execução de treinamento e desenvolvimento e os métodos utilizados, e-learning e treinamentos de integração. Importância da avaliação dos programas de treinamento e desenvolvimento e os tipos de avaliação (avaliação de reação; avaliação de aprendizagem; avaliação da aplicação do conhecimento ao trabalho e avaliação do retorno do investimento). Treinamento e desenvolvimento por competências; desenvolvimento de equipes; desenvolvimento de liderança; educação corporativa e universidade corporativa. Desenvolvimento de carreira; planos de sucessão; coaching; Indicadores de treinamento e desenvolvimento; tendências em treinamento e desenvolvimento.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM  
ANDRAGOGIA  
CAPITAL INTELECTUAL  
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL  
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E DE PESSOAS

**AULA 2**

DEFINIÇÕES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO  
DEFINIÇÃO DO PLANO E DO PROGRAMA DE TREINAMENTO  
LOGÍSTICA PARA A ORGANIZAÇÃO DE TREINAMENTOS

**AULA 3**

EXECUÇÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
MÉTODOS NO CARGO (ON THE JOB)  
MÉTODOS FORA DO CARGO  
E-LEARNING  
TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO

**AULA 4**

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS AO TRABALHO

AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

**AULA 5**

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO POR COMPETÊNCIAS

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA

DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

UNIVERSIDADE CORPORATIVA

**AULA 6**

DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS

PLANOS DE SUCESSÃO

COACHING

INDICADORES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

TENDÊNCIAS EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

**BIBLIOGRAFIAS**

- CORDEIRO, L. L. Desenvolvimento organizacional e o sucesso da empresa. Administradores, 14 ago. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/desenvolvimentoorganizacional-e-o-sucesso-da-empresa/78980>.
- EQUIPE VELER. Andragogia: o que é e qual sua importância para aprendizagem corporativa. Veler, 11 mar. 2014. Disponível em: <http://veler.com.br/blog/andragogia-o-que-e-e-qual-sua-importancia-paraaprendizagem-corporativa>.
- HUMANTECH GESTÃO DO CONHECIMENTO. Como a Gestão do Conhecimento pode ajudar sua empresa. 2 jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSUTNtRDNnc>.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

**RESUMO**

Nesta disciplina, vamos investigar a interação entre os direitos sociais e as políticas públicas, relacionando como a constante evolução dos direitos sociais pautou a construção de políticas públicas. Como se sabe, os direitos sociais têm por objetivo e essência a tutela da igualdade e da liberdade, buscando garantir aos cidadãos condições dignas de vivência, disponibilizando materiais e meios para que se efetive a fruição plena das liberdades individuais. Como não poderia ser diferente, o principal desafio à realização dos direitos sociais é justamente a garantia de sua eficácia e efetividade, em especial no que concerne à implementação de seu principal meio de realização: as políticas públicas, responsáveis por fixar de maneira planejada as diretrizes e atitudes da ação do Poder Público perante nossa sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNDO  
HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO DIREITO INTERNACIONAL  
DIREITOS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA ORDEM JURÍDICA  
BRASILEIRA  
CONCEITUAÇÃO

**AULA 2**

PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS DIREITOS SOCIAIS  
DIREITOS SOCIAIS E O MÍNIMO VITAL: NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO  
DIREITOS SOCIAIS E POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL  
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS  
SOCIAIS

**AULA 3**

DIREITOS SOCIAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE  
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À SAÚDE  
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO TRABALHO  
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

**AULA 4**

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO LAZER  
DIREITOS SOCIAIS: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA  
DIREITOS SOCIAIS – DIREITO À SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**AULA 5**

ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS  
O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
OS DIREITOS SOCIAIS COMO MODERNAS FERRAMENTAS PARA REALIZAÇÃO DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS  
SOCIAIS – UM MODELO DE TRADE OFF?

**AULA 6**

POVO NEGRO E QUILOMBOLA  
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS  
IMIGRANTES E REFUGIADOS  
CONCLUSÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- NUNES JÚNIOR, V. S. Direitos sociais. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.) Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/edicao-1/direitos-sociais>.

- TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PEREIRA PINTO, A. Direito do trabalho, direitos humanos sociais e a Constituição Federal. São Paulo: LTr, 2006.

<b>DISCIPLINA:</b> POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
<b>RESUMO</b>
Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL
<b>AULA 2</b> A VIOLÊNCIA FÍSICA VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL VIOLÊNCIA SEXUAL
<b>AULA 3</b> CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA VIOLÊNCIA URBANA VIOLÊNCIA NO CAMPO VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA
<b>AULA 4</b> O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA A POLÍTICA DE SAÚDE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA
<b>AULA 5</b> PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONTROLE SOCIAL MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL
<b>AULA 6</b> PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL  
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.
- \_\_\_\_\_. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.